



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

A prevista aquisição ocorrerá com o intuito de adquirir câmaras para conservação de imunobiológicos com capacidade de 400 a 450 litros, com a finalidade de providenciar as substituições das geladeiras domésticas por equipamento de refrigeração regularizado pela ANVISA para guarda e conservação das vacinas nas unidades de saúde (ESFs e Central de Vacinas), evitando que a falta de energia e falhas nos equipamentos causem perdas de imunobiológicos nas redes de frio no município. Tendo em vista o recebimento de Emendas Parlamentares de nº 32980009 e nº 41680006.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1	15	Unidade	CÂMARA DE REFRIGERAÇÃO - TIPO: CONSERVACAO; USO: MEDICAMENTOS, VACINAS E TERMOLÁBEIS; TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO: INTERNA MÍNIMA DE 2°C A MÁXIMA DE 8°C , COM PONTO FIXO EM 4°C, OU PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 400 A 450 L; TIPO DE DEGELO: AUTOMÁTICO SECO COM EVAPORAÇÃO DO CONDENSADOR; TIPO DE PORTA: VIDRO TRIPLO COM ANTI EMBAÇAMENTO, COM VEDAÇÃO ATRAVÉS DE PERFIL MAGNÉTICO; RODÍZIOS: SIM; VOLTAGEM: BIVOLT 127/220V; CIRCULAÇÃO INTERNA POR AR FORÇADO: SIM; TIPO DE ILUMINACAO: INTERNA COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO NA ABERTURA DA PORTA; GABINETE EXTERNO TIPO VERTICAL: SIM; MATERIAL DO GABINETE EXTERNO: CONSTRUÍDO EM CHAPAS DE AÇO GALVANIZADO OU EM AÇO TRATADO, QUE SEJA TRATADO PARA EVITAR A FERRUGEM; GABINETE INTERNO: TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL; AUTONOMIA DO SISTEMA DE EMERGENCIA: ATÉ 36 HORAS NA FALTA DE ENERGIA OU PORTA ABERTA, ALARME SONORO EM TEMPERATURAS FORA DA FAIXA (MIN/MAX) OU PROGRAMÁVEL PELO USUÁRIO; SISTEMA DE MONITORAMENTO: AUTÔNOMO POR PEN DRIVE, PARA REGISTRO DE TEMPERATURAS, ALARMES E EVENTOS SEM



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

			<p>UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE OU COMPUTADOR; PAINEL DE COMANDO: MONTADO NA PARTE SUPERIOR FRONTAL DO EQUIPAMENTO, DE FÁCIL ACESSO, CHAVE GERAL, FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO NA PARTE POSTERIOR. DISPLAY FRONTAL ÚNICO EM LCD COM INDICAÇÕES SIMULTÂNEAS DE: TEMPERATURAS DE MOMENTO, TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS ATINGIDAS, FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA COMERCIAL, FALHA DE SENSOR DE TEMPERATURA, CARGA DE BATERIA, ALERTA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA (A CADA 12 MESES) SIMULADOR DE ALARMES DE TEMPERATURA, CONTROLE DE TENSÃO DA REDE ELÉTRICA COMERCIAL, INDICAÇÃO DE FALHA NO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, INDICADOR PARA LIMPEZA DO CONDENSADOR SISTEMA DE ALARMES: SISTEMA DE VERIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DA PROGRAMAÇÃO, INDICAÇÃO VISUAL E SONORA PARA TEMPERATURA BAIXA, TEMPERATURA ALTA, ALERTAS DE FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, MANUTENÇÃO, PORTA ABERTA, FALHA DE SENSOR, NÍVEL BAIXO DE BATERIA, LIMPEZA DO CONDENSADOR, TENSÃO FORA DA FAIXA ADMISSÍVEL, FALHA NO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. DISCADORA DE TELEFONE: PARA ATÉ 09 NÚMEROS PRÉ-PROGRAMADOS EM CASO DE VARIAÇÃO DA TEMPERATURA OU FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA; SISTEMA DE GERENCIAMENTO: SOFTWARE QUE PERMITA RELATÓRIOS E GRÁFICOS DE DESEMPENHO, INCLUSIVE RETROATIVOS, PERMITINDO O GERENCIAMENTO DA CÂMARA VIA INTERNET, ACESSO VIA COMPUTADOR, TABLET OU CELULAR, INTERFACE VIA USB/PENDRIVE. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; MANUAL EM PORTUGUÊS: SIM; ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM: EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO DO CONTROLADOR DE TEMPERATURA E REGISTRO NA ANVISA CLASSE II</p>
--	--	--	---

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da aquisição será de 1(um) ano , a contar da homologação, tendo em vista a garantia dos produtos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A prevista aquisição ocorrerá no intuito de adquirir equipamento de refrigeração regularizado pela Anvisa (câmaras científicas refrigeradas) para a guarda e conservação das vacinas em suas Unidades de Saúde e Central Municipal de Rede de Frio.

Atualmente dispomos de 13 salas de vacinas em nosso município localizada nas unidade de Estratégia de Saúde da Família, onde as vacinas estão sendo acondicionadas em geladeiras domésticas as quais não possuem sistema de segurança para falta de energia elétrica e cada vez que ocorre alguma alteração no tempo como vento ou chuva, já é necessário o recolhimento das vacinas e a transferência destas para a central de vacinas, visando evitar a perda parcial ou total das vacinas. A demanda de vacinas vem aumentando, tivemos acréscimo da vacina contra a covid sendo adicionada ao calendário básico de vacinação, bem como as campanhas que ocorrem anualmente como gripe, paralisia infantil, possibilidade de inclusão daqui a algum tempo de outras vacinas como dengue ou outra com tamanha importância, e também em razão dos acontecimentos da natureza tipo enchentes, tempestades que trazem junto delas um aumento na procura por vacina devido exposição trazer maiores riscos a saúde.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Solução 1

5.a.1) Viabilidade de mercado: Aquisição de câmaras de conservação de imunobiológico

5.a.2) Viabilidade econômica: A aquisição destas geladeiras nos trarão a vantagem da garantia de administrar vacinas na temperatura ideal exigida e também a segurança nos feriados e finais de semanas quando houver queda de luz, pois, não será mais preciso recolher vacinas devido falta de energia, também evitaremos de perder oportunidade de vacinar, pois, inúmeras vezes as mães procuram para vacinar e as vacinas foram recolhidas devido a problema na energia.

5.a.3) Viabilidade operacional: Considera-se o fato da necessidade de acondicionarmos com segurança e em temperatura adequada os imunobiológicos para posterior administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Os objetos da contratação destinam-se exclusivamente para aquisição de câmaras de conservação de imunobiológico e se dará através de licitação, visando o menor valor por item.

A proponente vencedora obriga-se a fornecer o objeto em conformidade com as especificações constantes na Proposta do Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações;

Toda e qualquer despesa de entrega e substituição ocorrerá por conta exclusiva da licitante vencedora.

Deverá ser emitida a devida Nota Fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos materiais para efetivação do pagamento e liquidação.

Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes neste Edital e/ou que não esteja no prazo de validade solicitado.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

A empresa precisa apresentar o certificado da ANEEL, bem como se responsabilizar por fornecer manual em português de cada câmara. No momento da entrega dos objetos, deverá a empresa encaminhar um profissional habilitado, que acompanhe a entrega e consiga orientar quanto a instalação, manuseio e conservação dos equipamentos, para com isso evitar qualquer problema na sua utilização. Para receber esses objetos, também estarão presentes no momento da entrega (devidamente agendada anteriormente através de e-mail ou telefone) a fiscal do contrato Caren Letícia Brasil Vidal e o profissional eletricista da Secretaria de Saúde.

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A entrega deverá ser feita pela empresa no Departamento de Materiais, Patrimônio e Documentos (DMPD) e a entrega será acompanhada pela Enfermeira Carem Vidal, acompanhado do profissional eletricitista da SMS, a fim de sanar qualquer dúvida referente ao funcionamento das mesmas.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

O prazo de entrega será de até 20 dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA. As câmaras deverão estar em boas condições de entrega e a empresa deverá se responsabilizar pelas orientações sobre o manuseio correto do objeto.

8.2. LOCAL E HORÁRIO:

A entrega dos itens solicitados deverá ocorrer no Departamento de Materiais, Patrimônio e Documentos (DMPD) no endereço Rua José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja-RS, CEP 97670-000, cujo funcionamento ocorre de segunda a sexta-feira, das 07h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br. A entrega será acompanhada pela Enfermeira Carem Vidal e profissional eletricitista da SMS.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(x) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 12 meses, a contar do recebimento definitivo.

(x) Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura de São Borja, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 20 dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será, enfermeira Carem Leticia Brasil Vidal COREN 81946, substituto Carlos Augusto Ledesma COREN 191783, e como gestora a Secretária de Saúde Sabrina Dornelles Loureiro.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. Não se aplica a este objeto.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 dias após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria requisitante opta pela modalidade de Pregão Eletrônico para aquisição.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento do menor preço por item.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 30 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (X) Não

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (x) Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

Manual em português.

19.4 AMOSTRA

(x) Não () Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para correlatos ou produtos para saúde, expedida pela ANVISA, em conformidade com a Lei nº 9.782/99;

Certificado de registro de materiais, expedido pelo Ministério da Saúde/ANVISA, em vigor, onde conste a denominação do produto, nome e número do CNPJ do fabricante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MES E EPPs

Aplica-se o tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 74, inciso I da Lei 14.133/2021.

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor unitário de referência
1	15	UN	CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS com capacidade de armazenamento de 400 a 500 litros para guarda e armazenamento de vacinas na temperatura de 2º C a 8º C.	R\$ 12.374,00
Total				R\$ 185.610,00

Os valores da média de preço para o objeto licitado, foram adquiridos através do Banco de Preços Públicos, conforme relatório em anexo ao Termo de Referência.

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Carem Leticia Brasil Vidal– COREN 81946
Central de Vacinas, 15 de maio de 2024.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município através de Emendas Parlamentares de nº 32980009 e nº 41680006.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10

Programa: 154



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Projeto/Atividade: 2088
Elemento: 4.4.90.52.00.00.00
Recurso: 601

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 17 de Julho de 2024.

CAREM LETICIA BRASIL VIDAL
ENFERMEIRA

SABRINA DORNELLES LOUREIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

() Defiro

() Indefiro

EDUARDO BONOTTO
Prefeito de São Borja/RS